



## CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 005. PROVA OBJETIVA

#### ANALISTA LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **06**:

#### *Brasil precisa abraçar a velhice*

O Brasil não escapa à urgência de aceitar-se velho. Projeções recentes do IBGE deixam evidente que, se não começar a se ajustar agora à nova configuração etária que se molda de forma acelerada, o país corre o risco de ver estruturas sociais debilitadas colapsarem. Até 2030 — ou seja, em menos de cinco anos —, o Brasil terá mais idosos do que crianças. Pouco tempo depois, em 2046, os 60 formarão a maior fatia populacional do país, chegando a 28%, quase o dobro do percentual atual.

Viver e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, sem dúvidas, um desafio. E não faltam sinais de que o Brasil resiste a enfrentar a “verdade das coisas”. No campo da saúde, a falta de profissionais especializados é gritante. A estimativa do Conselho Federal de Medicina é de que seriam necessários mais 29 mil geriatras para dar suporte à atual população idosa conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) — hoje são apenas 2.670 profissionais, contra 48.650 pediatras.

Pratica-se também no Brasil violência contra os idosos, em todas as suas formas. Em 2023, foram registradas 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Considerando o fato de que os filhos são os principais agressores, ao menos a metade deles, é razoável afirmar que o número real de vítimas é muito maior.

Não está velado, porém, que a maioria das vítimas é mulher e que os crimes envolvem de negligência a violência psicológica, passando por abusos físicos e financeiros. Diante de um compilado tão diverso de agressões, a adequação das estruturas de segurança e de suporte às vítimas deve ser prioridade. Delegacias especializadas, agentes qualificados e refúgio aos vulneráveis — quase sempre pessoas que também sofrem com a autonomia comprometida — estão entre as demandas de agora.

Há ainda que se adaptar o sistema previdenciário, o mercado de trabalho, as estruturas das cidades, os acessos a lazer e cultura. Tudo isso considerando as especificidades de um país diverso e continental: os idosos que vivem hoje em favelas, como as fluminenses, têm dificuldades de chegar aos serviços do Estado que não sobem o morro, por exemplo. Abraçar a velhice exige do Brasil planejamento e, sobretudo, ação. O país, infelizmente, tem perdido a oportunidade de usufruir da longevidade conquistada de uma forma mais justa e sustentável.

(Editorial, 29.04.2025. Disponível em:  
<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio>. Adaptado)

**01.** As informações do texto permitem concluir que

- (A) o Brasil consegue administrar satisfatoriamente o cuidado com a velhice, ainda que sua diversidade e sua proporção continental possam dificultar as ações.
- (B) os idosos brasileiros vivem expostos à violência e à carência de serviços, havendo uma preocupação com o cenário que poderá surgir em um futuro próximo.
- (C) a atenção à pessoa idosa no Brasil atende às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), já que o país conta hoje com 48.650 profissionais da área.
- (D) os idosos brasileiros têm enfrentado a questão da violência doméstica, porém acredita-se que o número de casos de agressão física ou psicológica esteja diminuindo.
- (E) a principal demanda dos idosos brasileiros está relacionada a questões financeiras, das quais decorrem as brigas com os filhos e a impossibilidade de manter autocuidados.

**02.** No título do texto, “Brasil precisa **abraçar** a velhice”, o verbo destacado está empregado em sentido figurado, da mesma forma que o verbo destacado em:

- (A) Pouco tempo depois, em 2046, os 60 **formarão** a maior fatia populacional do país... (1º parágrafo)
- (B) **Viver** e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, sem dúvidas, um desafio. (2º parágrafo)
- (C) **Pratica-se** também no Brasil violência contra os idosos, em todas as suas formas. (3º parágrafo)
- (D) ... quase sempre pessoas que também **sofrem** com a autonomia comprometida... (4º parágrafo)
- (E) ... os idosos [...] têm dificuldades de chegar aos serviços do Estado que não **sobem** o morro... (5º parágrafo)

03. Considere as passagens a seguir:

- Até 2030 — **ou seja, em menos de cinco anos** —, o Brasil terá mais idosos do que crianças. (1º parágrafo)
- Viver e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, **sem dúvidas**, um desafio. (2º parágrafo)
- **Há ainda que** se adaptar o sistema previdenciário, o mercado de trabalho, as estruturas das cidades, os acessos a lazer e cultura. (5º parágrafo)

Na organização das informações textuais, as passagens destacadas expressam, correta e respectivamente, ideias de

- (A) detalhamento; incerteza; probabilidade.
- (B) exclusão; incerteza; possibilidade.
- (C) explicação; afirmação; necessidade.
- (D) exclusão; afirmação; necessidade.
- (E) explicação; justificativa; possibilidade.

04. Considere as passagens a seguir:

- ... o país corre o risco de ver estruturas sociais debilitadas **colapsarem**. (1º parágrafo)
- Viver e fazer planos em um país **majoritariamente** idoso será, sem dúvidas, um desafio. (2º parágrafo)
- Não está **velado**, porém, que a maioria das vítimas é mulher e que os crimes envolvem de **negligência** a violência psicológica... (4º parágrafo)

Conforme o contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente,

- (A) ruírem; excepcionalmente; demonstrado; desatenção.
- (B) arruinarem-se; preponderantemente; ocultado; incúria.
- (C) regredirem; principalmente; pressuposto; desmazelo.
- (D) estabilizarem-se; eventualmente; implícito; agressão.
- (E) despencarem; prevalecentemente; determinado; ofensa.

05. Sem prejuízo ao sentido original e à norma-padrão, a frase “Em 2023, foram registradas 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.” (3º parágrafo) está corretamente reescrita em:

- (A) Em 2023, registrou-se 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, haja vista dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (B) Em 2023, tinham registrado 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, de acordo os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (C) Em 2023, registraram-se 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, consoante dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (D) Em 2023, tinha-se registrado 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, conforme dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (E) Em 2023, foram registrado 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, com base em dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

06. O termo destacado estabelece relação de sentido de oposição em:

- (A) ... **se** não começar a se ajustar agora à nova configuração etária que se molda de forma acelerada, o país corre o risco de ver estruturas sociais debilitadas colapsarem. (1º parágrafo)
- (B) Viver e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, sem dúvidas, um desafio. **E** não faltam sinais de que o Brasil resiste a enfrentar a “verdade das coisas”. (2º parágrafo)
- (C) ... seriam necessários mais 29 mil geriatras **para** dar suporte à atual população idosa conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS)... (2º parágrafo)
- (D) Considerando o fato de **que** os filhos são os principais agressores, ao menos a metade deles, é razoável afirmar que o número real de vítimas é muito maior. (3º parágrafo)
- (E) Não está velado, **porém**, que a maioria das vítimas é mulher e que os crimes envolvem de negligência a violência psicológica, passando por abusos físicos e financeiros. (4º parágrafo)

Leia o texto a seguir para responder às questões de 07 a 10:

### *Uma viagem de saudades*

Ela saíra aos dezessete anos, trinta anos atrás. Deixou noivo e uma promessa de emigrarem juntos para a América logo que voltasse da viagem que duraria três meses. Ia conhecer o pai, que, por causa de uma hipótese de traição, tinha jurado nunca mais voltar à ilha Brava.

Dos três meses iniciais a ausência durou trinta anos e três dias. Voltava agora. Intacta. Para casar com o primeiro namorado, moço bonito, branco e de cabelo fino; tão fino como qualquer francês. Voltava e nunca mais, em nome de coisa nenhuma, se separariam.

Contou-me todos os sonhos da sua juventude, os segredos, os jogos partilhados com o noivo, as esperanças e as certezas.

Era a primeira vez, naqueles anos todos, que falava do assunto e abria o coração, porque dantes não valia a pena.

Mas agora que estava tão perto da ilha Brava, só lhe apetecia falar dele, dele e mais dele e da certeza de se casarem que sempre guardou.

Disse-me o nome do homem e teve que o repetir umas duas vezes para eu o ligar à pessoa que conhecia, atarracado pelos anos e pelas gorduras, careca, avermelhado pelo grogue\*.

Não disse nada à rapariga de dezessete anos, que estava à minha frente trinta anos depois.

Ela casara em França, foi feliz, foi infeliz, viveu e morreu como todos nós nesses anos todos; mas era como se o tempo lhe tivesse poupado o coração; como se a esperança não tivesse sofrido um lanho\* que fosse, enquanto estivera ausente.

Podia ter-lhe dito que voltasse para a França, para junto da filha e dos netos e que esquecesse os antigos amores que só devem existir na lembrança guardada, mas fiquei calado e nem pude sorrir para ela e desejar-lhe sorte quando se levantou do caixote para embarcar no Forna a caminho da sua ilha e do seu homem.

Nunca mais a vi. Nem gostaria de a ter visto. Para que saber de anseios sem resposta.

(Dina Salústio. *Mornas eram as noites*. Adaptado)

\***Grogue**: aguardente.

\*\***Lanho**: ferimento.

07. Ao relatar a conversa com a moça, o narrador deixa claro que ela

- (A) voltava à ilha Brava com o mesmo coração de jovem apaixonada de 30 anos atrás, a despeito de todas as felicidades e infelicidades que veio a viver durante esse tempo.
- (B) continuava apaixonada pelo namorado de 30 anos atrás, mas, embora quisesse muito revê-lo, havia algo em seu coração que a tornava temerosa pelo que encontraria.
- (C) ignorou tudo o que ele disse em relação ao noivo deixado na ilha Brava 30 anos atrás, porque ela acreditava que este a esperava com o mesmo sentimento de então.
- (D) contou toda a sua história de amor com a esperança de que ele revelasse a condição atual do noivo deixado na ilha 30 anos atrás, o qual ela queria saudável e bonito.
- (E) tinha consciência de que o noivo de 30 anos atrás deveria estar muito mudado e, por isso, depois de vê-lo, voltaria imediatamente para junto da filha e dos netos.

08. Em relação à passagem “Voltava agora. Intacta. Para casar com o primeiro namorado, moço bonito, branco e de cabelo fino; tão fino como qualquer francês.” (2º parágrafo), é correto afirmar que

- (A) o advérbio “agora” se refere ao momento em que o narrador está contando a história.
- (B) o adjetivo “Intacta” se refere ao substantivo “ausência”, com sentido de inabalada.
- (C) a expressão “o primeiro namorado” se refere ao marido que a personagem teve em França.
- (D) a expressão “moço bonito, branco e de cabelo fino” tem função explicativa na frase.
- (E) os adjetivos em “cabelo fino; tão fino” expressam o mesmo sentido nas duas ocorrências.

09. A reescrita de informações do texto atende à norma-padrão de regência em:

- (A) Ia conhecer o pai, que, devido uma hipótese de traição, tinha jurado nunca mais retornar na ilha Brava.
- (B) Era a primeira vez, naqueles anos todos, que fazia referência o assunto a que tanto ansiava o seu coração.
- (C) Agora que estava indo na ilha Brava, só lhe apetecia falar dele, dele, com a certeza que se casariam.
- (D) Podia ter-lhe dito que regressasse à França, e ficasse só com as lembranças de amor que tivesse do passado.
- (E) Repetiu umas duas vezes ao nome do homem, e eu fiz associação sob ele para lembrar da pessoa conhecida.

10. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal e de emprego do acento indicativo da crase.

- (A) Dirigindo-se à ilha Brava, só lhe apetecia falar dele, dele e mais dele, e não havia dúvida de que se casariam.
- (B) Poderia-lhe ter dito que voltasse para a França, mas fiquei calado e nem pude sorrir à ela naquele momento.
- (C) Ela chegou à me dizer que tinha casado-se em França, foi feliz, foi infeliz, viveu e morreu como todos nós.
- (D) Se ausentou ela por trinta anos e três dias. Chegaria à ilha Brava em breve para casar-se com o primeiro namorado.
- (E) Eu me encontrei com a mulher quando ela estava de volta à seu noivo deixado lá na ilha Brava há 30 anos.

11. Amanda e Bruna fizeram um bolo cada uma, tendo os dois bolos o mesmo peso. Parte dos dois bolos foi comida por quatro pessoas, sendo que duas comeram do bolo feito por Amanda e outras duas comeram do bolo feito por Bruna. Em se tratando do peso de cada bolo, uma pessoa comeu exatamente duas quintas partes do bolo feito por Amanda, e outra pessoa comeu uma quarta parte do que havia restado desse bolo. Do bolo de Bruna, uma pessoa comeu três sétimos, e outra pessoa comeu uma terça parte do que havia restado dele.

A diferença entre as sobras dos bolos de Amanda e de Bruna é igual a

- (A)  $19/420$ .
- (B)  $23/420$ .
- (C)  $29/420$ .
- (D)  $31/420$ .
- (E)  $35/420$ .

12. Em um vagão de trem, viajavam 96 passageiros, sendo a razão entre o número de mulheres e o número de homens igual a  $5/7$ . Após a parada em uma estação, o número de mulheres que embarcaram nesse vagão foi o dobro do número de homens que embarcaram, e nenhum dos passageiros que já estavam no trem desembarcou, fazendo com que a razão entre o número de mulheres e o número de homens passasse a  $4/5$ .

Depois da referida parada, o número total de passageiros nesse vagão passou a ser de

- (A) 99 pessoas.
- (B) 102 pessoas.
- (C) 103 pessoas.
- (D) 106 pessoas.
- (E) 108 pessoas.

13. O preço inicial de venda de um produto sofreu duas reduções sucessivas, sendo a primeira de 12% e a segunda de 10% sobre o preço de venda após a primeira redução.

Sabendo que, depois da segunda redução, o preço de venda do produto passou a ser R\$ 1.465,20, é correto afirmar que a diferença, em reais, entre os valores das duas reduções foi de

- (A) R\$ 57,40.
- (B) R\$ 59,20.
- (C) R\$ 61,30.
- (D) R\$ 64,50.
- (E) R\$ 65,90.

14. Uma piscina com determinada capacidade, inicialmente vazia, pode ser enchida por 5 torneiras, de mesma vazão, abertas simultaneamente por 20 horas.

O tempo gasto a menos para encher essa mesma piscina, inicialmente vazia, utilizando-se, simultaneamente, 8 torneiras iguais às identificadas, mas todas com vazão 20% maior, é igual a

- (A) 5 horas e 25 minutos.
- (B) 7 horas e 15 minutos.
- (C) 8 horas e 40 minutos.
- (D) 9 horas e 35 minutos.
- (E) 10 horas e 25 minutos.

15. Uma sala tem a forma de um hexágono regular cujo lado mede  $4\sqrt{3}$  m. O decorador quer colocar um tapete circular centralizado nessa sala. Assim, a menor distância entre o ponto médio de cada parede da sala e a borda do tapete deverá ser igual à medida do raio deste.

Nessas condições, a área desse tapete deverá ser de

**Adote:**  $\pi = 3,14$

- (A) 56,52 m<sup>2</sup>.
- (B) 42,84 m<sup>2</sup>.
- (C) 30,66 m<sup>2</sup>.
- (D) 28,26 m<sup>2</sup>.
- (E) 26,38 m<sup>2</sup>.

## LEGISLAÇÃO

**16.** Considere que Maria de Lourdes é médica cardiologista e recentemente organizou uma equipe de profissionais da saúde para prestar informações à população sobre o impacto dos alimentos ultraprocessados no desenvolvimento de doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes. Visando disseminar as informações pelo prazo de 60 (sessenta) dias, pensou em pedir autorização para utilizar a estrutura física de um quiosque municipal localizado na Praça Zumbi, no município de Praia Grande.

Com base nas informações hipotéticas apresentadas e no disposto na Lei Orgânica do município de Praia Grande, assinale a alternativa correta.

- (A) A autorização de uso de bem público foi extinta da legislação municipal, devendo Maria de Lourdes requerer uma permissão.
- (B) Maria de Lourdes não precisa solicitar autorização se o quiosque estiver vago, considerando o interesse público na atividade que ela deseja desempenhar.
- (C) Considerando que Maria de Lourdes deseja utilizar o quiosque por 60 (sessenta) dias, ela deverá solicitar a concessão administrativa de uso especial.
- (D) Diante da natureza da atividade que Maria de Lourdes deseja desenvolver, ela não precisa pedir autorização se o uso do bem se limitar a 180 (cento e oitenta) dias por ano.
- (E) Maria de Lourdes poderá obter a autorização, que será feita por portaria e que poderá incidir sobre qualquer bem público.

**17.** Imagine que a imprensa divulgou a criação iminente do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Geográfico, Arqueológico, Artístico e Turístico de Praia Grande. Ao saber da novidade, os amigos Isabela, Débora, Caio e Laura resolveram procurar mais informações sobre como se dará o processo de escolha dos membros desse conselho.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Orgânica do município de Praia Grande, é correto afirmar:

- (A) a eleição para membro do conselho ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro e, se eles forem eleitos, terão direito a um salário mínimo por mês.
- (B) os cinco membros do conselho serão nomeados anualmente pelo Poder Público Municipal e o conselho enviará à Câmara Municipal relatório semestral das atividades desenvolvidas.
- (C) os quatro amigos não poderão compor o conselho, pois veda-se que pessoas conhecidas sejam simultaneamente nomeadas pelo secretário de cultura.
- (D) para serem nomeados como membros do conselho, eles devem ter notórios conhecimentos em História, Geografia, Artes ou Turismo e ter, pelo menos, Ensino Superior.
- (E) a cada dois anos, será realizada uma eleição, sempre no último domingo de outubro, e os eleitos receberão mensalmente um auxílio de R\$ 1.000,00 (mil reais).

**18.** Suponha que Maurício é servidor público do município de Praia Grande e, na última segunda-feira, ele foi preso em flagrante pela prática do crime de homicídio que vitimou seu vizinho.

De acordo com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Praia Grande (Lei Complementar nº 15/1992), é correto afirmar que Maurício

- (A) será considerado afastado do exercício do cargo, até a prolação da sentença.
- (B) poderá ser afastado do cargo por 180 (cento e oitenta) dias se a prisão em flagrante for convertida em preventiva.
- (C) será considerado afastado do exercício do cargo e, durante o afastamento, perderá um terço do vencimento ou remuneração, tendo direito à diferença se for, no final, absolvido.
- (D) deverá ser afastado do cargo por 30 (trinta) dias e perderá metade do seu salário, tendo direito à diferença se a sentença o declarar inocente.
- (E) perderá automaticamente o cargo público, tendo em vista a natureza do crime cometido.

**19.** Considere que Leila e Marcos, casados, são pais de Nicolas, de 13 (treze) anos, e ambos são servidores públicos do município de Praia Grande.

De acordo com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Praia Grande (Lei Complementar nº 15/1992), é correto afirmar:

- (A) como Nicolas já é adolescente, Leila e Marcos não devem mais receber o salário-família.
- (B) tanto Leila quanto Marcos devem receber o salário-família até Nicolas completar 18 (dezoito) anos.
- (C) recentemente, o benefício do salário-família foi excluído da legislação municipal.
- (D) Leila ou Marcos receberão salário-família, calculado no valor de 3% (três por cento) da referência I inicial.
- (E) o pagamento do salário-família será feito a partir do ano seguinte em que for requerido, em virtude da necessidade de previsão orçamentária.

**20.** De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande (Resolução nº 01/1991), redigir e transcrever as atas das sessões secretas compete ao

- (A) presidente da Câmara Municipal.
- (B) primeiro secretário.
- (C) segundo secretário.
- (D) líder da maioria.
- (E) presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONHECIMENTOS LEGISLATIVOS

21. Mário, vereador do município X, propôs um projeto de lei com o objetivo de aprimorar a segurança alimentar de parte da população em situação de vulnerabilidade financeira. A proposta prevê a concessão de incentivos fiscais, mediante a redução de tributos municipais, para supermercados, mercados e distribuidoras de alimentos que realizem a distribuição de gêneros alimentícios e itens de higiene aos destinatários do programa. Considerando que a implementação da futura lei poderá exigir a prática de atos pela administração pública, o vereador convidou Joana, analista legislativa, para esclarecer como deve ser fixada a regra referente ao início de vigência da lei.

Com base na situação hipotética e no disposto no Decreto-Lei nº 4.657/42 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB), Joana poderá afirmar corretamente que

- (A) a lei, em regra, precisa vigorar na data de sua publicação.
  - (B) o legislador tem a liberdade para definir o momento de início da vigência da nova lei, desde que seja consignada regra expressa sobre o assunto.
  - (C) a lei, caso não possua regra expressa, passará a vigorar em noventa dias após a sua publicação.
  - (D) o legislador pode estabelecer um prazo específico para o início da vigência da lei, desde que não seja superior a noventa dias do momento de sua publicação.
  - (E) por exigir a adoção de providências pelo poder executivo, a lei somente passará a vigorar quando forem criadas as condições para a sua aplicação.
22. Com base no Decreto-Lei nº 4.657/42 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB), é correto afirmar que a lei
- (A) só pode ser revogada por outra, caso haja indicação expressa em norma de igual hierarquia.
  - (B) é revogada por lei que regule o mesmo assunto, de forma mais específica.
  - (C) será restaurada, quando for revogada a lei revogada de seu conteúdo.
  - (D) vigora por prazo determinado, em regra.
  - (E) não será revogada por lei nova, que estabeleça disposições gerais sobre o assunto já regulado em outra lei.

23. Verônica, vereadora do município X, proferiu um discurso no plenário da Câmara Municipal, criticando decisão judicial que anulou o contrato de fornecimento de merendas então vigente. Em sua manifestação, a vereadora sustentou que os fundamentos adotados na decisão judicial — ofensa aos princípios da razoabilidade e da publicidade — não poderiam ser aplicados de forma a desconsiderar os efeitos concretos da medida, que inviabiliza, de imediato, a nutrição de crianças da rede municipal de ensino, muitas delas em situação de vulnerabilidade social.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42), é correto concluir sobre o discurso que

- (A) a decisão, de fato, precisa indicar de forma expressa as suas consequências jurídicas e administrativas, ao se declarar a nulidade de um contrato.
  - (B) o Decreto-Lei nº 4.657/42 não se aplica às decisões judiciais.
  - (C) os fundamentos da decisão judicial estão incorretos, pois os princípios jurídicos não podem ser utilizados para anular contratos administrativos.
  - (D) a decisão judicial está correta, pois o Decreto-Lei ordena a invalidação de contratos sempre que desobedeçam a princípios jurídicos, independentemente das consequências práticas da decisão.
  - (E) a vereadora está correta, pois as decisões judiciais não podem invalidar contratos administrativos que estejam em execução.
24. De acordo com a Lei Complementar nº 95/98, as leis deverão ser estruturadas nas três seguintes partes:
- (A) ementa, parte normativa e parte final.
  - (B) preâmbulo, enunciado do objeto e epígrafe.
  - (C) parte preliminar, parte normativa e parte final.
  - (D) parte preliminar, enunciação do objeto e disposições gerais.
  - (E) ementa, descrição do objeto e parte final.

- 25.** Fabiana é analista legislativa e foi designada, pela presidência da Câmara Municipal, para ministrar um curso de recepção aos aprovados no último concurso para o cargo. A sua exposição deve ter por foco realçar pontos importantes, de técnica legislativa, previstos na Lei Complementar nº 95/98, relacionados a articulação e redação das Leis.
- A respeito do assunto, Fabiana poderá informar no curso, corretamente, que
- (A) é vedado o uso de siglas.
  - (B) os dispositivos que façam remissão devem ser expressamente indicados, em vez de usar expressões como “anterior”, “seguinte” ou equivalentes, para a obtenção de clareza nos textos.
  - (C) os textos devem priorizar a construção de orações na ordem direta, utilizando, sempre que possível, neologismos.
  - (D) em regra os parágrafos se desdobram em artigos; os artigos, em incisos; os incisos, em itens; e os itens, em alíneas.
  - (E) os capítulos devem ser gravados em letras maiúsculas e sequenciados com numeração ordinal.
- 26.** Fábio é vereador e integra um partido que tem como bandeira a redução do tamanho do Estado e o incentivo ao desenvolvimento econômico, por meio de estímulos à iniciativa privada. Para atender parte de suas promessas de campanha, está estudando medidas para extinguir empresas públicas e autarquias municipais, motivo pelo qual convidou Miguel, analista legislativo, para debater o assunto.
- A respeito do tema, Miguel poderá informar corretamente, na reunião, que
- (A) a extinção das estatais pode ser feita diretamente pela Câmara Municipal, por meio de decreto legislativo.
  - (B) as autarquias podem ser extintas por ato do chefe do Poder Executivo.
  - (C) a extinção das estatais deve contar com a anuência do Ministério Público, pois elas possuem personalidade jurídica de direito público.
  - (D) as autarquias e as estatais, para serem extintas, precisam de autorização legal.
  - (E) as autarquias não podem ser extintas pelo Poder Legislativo, pois integram a Administração Direta.
- 27.** Com relação às agências reguladoras e o seu regime jurídico, é correto afirmar que
- (A) são autarquias em regime especial.
  - (B) integram a Administração Direta.
  - (C) podem, em regra, ter os seus dirigentes destituídos pelo chefe do Poder Executivo a qualquer momento.
  - (D) integram a Administração Indireta e são dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
  - (E) possuem o poder de inovar originariamente, na ordem jurídica, por meio de regulações setoriais.
- 28.** Thiago é analista legislativo e está lotado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal. Há uma proposta legislativa em curso que visa a alterar a lei de uso e ocupação do solo, aumentando o coeficiente de construção de determinadas áreas da cidade. Thiago herdou de sua avó materna um terreno na zona periférica da cidade. Vendo na proposta uma oportunidade de valorizar a área, ele elabora um parecer propondo o aumento do coeficiente de construção para a região, autorizando a construção de grandes condomínios residenciais, o que não seria permitido pela legislação vigente.
- Com base na situação hipotética, é correto afirmar que a conduta de Thiago está diretamente relacionada à violação ao princípio da
- (A) legalidade.
  - (B) eficiência.
  - (C) impessoalidade.
  - (D) moralidade.
  - (E) continuidade do serviço público.
- 29.** Considere que João é ambulante e possui autorização para vender água de coco em frente a um parque municipal da cidade. O parque será concedido à iniciativa privada, e a lei que autoriza a transferência da sua gestão prevê, expressamente, que não poderão ser explorados serviços de venda de produtos por ambulantes nas redondezas da área, a fim de evitar concorrência com os serviços que serão disponibilizados pelo parceiro privado dentro da área concedida.
- Com base na situação hipotética, o ato de autorização deverá ser extinto por
- (A) revogação.
  - (B) declaração de nulidade.
  - (C) convalidação.
  - (D) caducidade.
  - (E) inconstitucionalidade.

**30.** Antônio é vereador e indicou sua esposa para ocupar um cargo na Secretaria de Educação. Ela é conhecida por ser uma especialista em ensino público e por sua ampla experiência em cargos de liderança no Estado e na iniciativa privada.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei <sup>o</sup> 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que a conduta de Antônio

- (A) é tipificada como improbidade administrativa, por violar princípio da Administração Pública.
- (B) só será improbidade administrativa se for comprovado dolo com finalidade ilícita.
- (C) só será improbidade administrativa se a sua indicação foi retribuída com a nomeação de alguém, vinculado à Secretaria de Educação, em seu gabinete.
- (D) é tipificada como improbidade administrativa caso tenha sido praticada com dolo ou culpa e o sujeita à suspensão de direitos políticos, por até quatorze anos.
- (E) não pode ser enquadrada como improbidade administrativa, pois a sua esposa possui notável capacidade técnica.

**31.** De acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre trânsito e transporte é

- (A) privativa do município.
- (B) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- (C) privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios.
- (E) privativa da União.

**32.** Israel é engajado na causa animal e foi eleito, na última campanha, como o vereador mais jovem e mais bem votado do município X. Por ter facilidade em se comunicar, especialmente nas redes sociais, e por ser bastante atuante, vem se destacando nas pesquisas eleitorais como forte candidato a um cargo na Assembleia Legislativa.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Israel

- (A) deve se desincompatibilizar do cargo de vereador seis meses antes da campanha, caso tenha interesse em se candidatar a deputado federal.
- (B) deve ter, no mínimo, trinta anos para ser candidato a deputado estadual.
- (C) pode acumular os cargos de vereador e de deputado estadual, caso haja compatibilidade de horários.
- (D) não precisará se desincompatibilizar do cargo de vereador, caso tenha interesse em concorrer ao cargo de deputado estadual.
- (E) só pode ser candidato a deputado estadual se renunciar ao cargo de vereador com uma antecedência mínima de nove meses da realização da eleição.

**33.** Fernanda é vereadora e foi eleita, com o apoio dos votos obtidos por outros candidatos de seu partido, para a formação do coeficiente eleitoral. Passados dois anos de exercício do mandato, Fernanda sente que é o momento de se filiar a outro partido, por entender que suas ideias não se alinham às bandeiras defendidas pela organização à qual estava filiada no momento da eleição.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Fernanda

- (A) não pode, em hipótese alguma, mudar de partido.
- (B) pode mudar de partido sem perder o mandato, pois a Constituição assegura o direito à liberdade de convivência e de associação.
- (C) perderá o mandato, salvo em caso de concordância do seu partido com a mudança ou de justa causa estabelecido em lei.
- (D) não perderá o mandato apenas se houver a concordância do seu partido, hipótese em que a mudança impactará na distribuição dos recursos do fundo partidário.
- (E) só não perderá o mandato se a mudança for feita sem a concordância dos demais candidatos eleitos, por sua coligação partidária.

- 34.** De acordo com a Constituição Federal, a respeito do controle externo do município, assinale a alternativa correta.
- (A) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
  - (B) As capitais e os municípios com mais de 500 mil habitantes podem constituir os seus próprios Tribunais de Contas, respeitados os parâmetros previstos na Constituição Federal.
  - (C) O controle externo do Poder Executivo municipal é exercido pelo Tribunal de Contas correspondente, assegurada a participação do Poder Legislativo local.
  - (D) As Câmaras Municipais não estão sujeitas a controle externo, pois o Poder Executivo não dispõe de competências fiscalizatórias.
  - (E) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- 35.** Mário Mariano, prefeito do município X, foi alvo de uma operação policial que teve como objetivo apurar potenciais práticas dos crimes de prevaricação e corrupção passiva. Após a coleta dos elementos de prova, o Ministério Público Estadual concluiu haver elementos suficientes para apresentar denúncia contra o prefeito.
- Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que o prefeito será julgado, originariamente,
- (A) pela Câmara Municipal, que possui a competência para apreciar os processos que também envolvam potencial prática de crime de responsabilidade.
  - (B) pelo Tribunal de Justiça do Estado, pois a Constituição assegura aos prefeitos foro por prerrogativa de função em relação aos crimes comuns.
  - (C) pelo Superior Tribunal de Justiça, que possui a atribuição de julgar as ações penais contra prefeitos e governadores.
  - (D) pelo juiz de Direito competente, de primeiro grau, pois os prefeitos não podem possuir foro por prerrogativa de função.
  - (E) pelo Tribunal de Justiça do Estado, caso a Constituição Estadual conceda o foro por prerrogativa de função ao prefeito, pois o benefício não está previsto na Constituição Federal.
- 36.** De acordo com a Constituição Federal, a lei que tem por objeto estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada é denominada de lei
- (A) orçamentária anual.
  - (B) orçamentária fiscal.
  - (C) de diretrizes orçamentárias.
  - (D) de plano plurianual.
  - (E) de programação orçamentária.
- 37.** Considere que a Associação de Servidores do município X propôs mandado de segurança com o objetivo de travar a tramitação de um projeto de lei que visa a aumentar a contribuição previdenciária devida pelos agentes públicos municipais. A associação argumenta que a medida contraria a Constituição Federal, por reduzir a remuneração dos servidores.
- Com base na situação hipotética, a respeito do controle preventivo de constitucionalidade, é correto afirmar que
- (A) os projetos de lei não estão sujeitos a controle judicial.
  - (B) a associação não tem legitimidade para questionar projeto de lei, pois as ações dessa natureza só podem ser propostas por parlamentar.
  - (C) o projeto de lei só estaria sujeito a controle preventivo se a alegação tivesse por base eventual descumprimento de regra do processo legislativo.
  - (D) os projetos de lei não estão sujeitos a controle judicial, mas apenas as emendas à lei orgânica que ofendam a cláusula pétrea.
  - (E) a associação tem legitimidade para propor a ação, por se tratar de tema que afeta diretamente direitos subjetivos dos seus representados.

**38.** É final de legislatura, e a Câmara do município X pretende fixar o subsídio dos vereadores e do prefeito, a ser usufruído pelos eleitos para o período legislativo subsequente. Há dúvidas, contudo, sobre as espécies normativas que podem ser utilizadas para tratar da matéria e sobre os limites constitucionais aplicáveis, motivo pelo qual o presidente da Casa, João, convida Antônio, analista legislativo, para esclarecer as questões.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que o aumento do subsídio

- (A) pode ser feito para ter vigência já no mesmo exercício, desde que seja feito por lei e haja autorização orçamentária.
- (B) dos vereadores será feito pela própria Câmara, para valer na legislatura subsequente, não ficando sujeito a sanção ou veto do prefeito.
- (C) do prefeito não fica sujeito a deliberação legislativa, pois compete ao chefe do Poder Executivo dispor sobre o assunto, por Decreto.
- (D) acontece de maneira automática e não depende de lei, pois os percentuais de recursos gastos com a matéria são fixados na própria Constituição Federal.
- (E) do prefeito, assim como o dos vereadores, deve ser regulado por emenda à Lei Orgânica, a ser aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

**39.** De acordo com a Lei nº 14.133/21, o documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas, é denominado de

- (A) termo de credenciamento.
- (B) termo de referência.
- (C) ata de registro de preços.
- (D) ata de pregão.
- (E) edital de pré-qualificação.

**40.** Uma Câmara Municipal precisa contratar um sistema eletrônico para o controle dos processos judiciais acompanhados por sua assessoria jurídica. A proposta é que a ferramenta possibilite a captação de publicações no Diário Oficial relativas aos processos cadastrados, permita a inserção de documentos produzidos pela Casa Legislativa e gere relatórios detalhados, sempre que solicitados por qualquer parlamentar. Segundo o setor de compras, é tecnicamente viável especificar, de forma objetiva, todos os requisitos necessários no termo de referência da contratação, o que autoriza a utilização da licitação na modalidade pregão.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que

- (A) a assessoria técnica está equivocada, pois sistemas de informática, por lei, não podem ser contratados por pregão.
- (B) o pregão pode ser utilizado, e o critério de julgamento poderá ser menor preço ou maior desconto.
- (C) o pregão pode ser utilizado, desde que o sistema não custe, à Câmara Municipal, valor superior a cem mil reais.
- (D) o pregão pode ser utilizado, desde que o critério de julgamento da melhor proposta seja a melhor técnica.
- (E) a licitação não precisa ser realizada, pois a lei impõe que a contratação de serviços de informática seja feita por inexigibilidade de licitação.

**41.** A respeito do regime jurídico das condutas vedadas para agentes públicos, com base na Lei nº 9.504/97, é correto afirmar que

- (A) somente são vedadas condutas praticadas com a intenção de interferir no resultado eleitoral.
- (B) as regras não se aplicam a cargos em comissão e a estagiários.
- (C) é vedado, em qualquer hipótese, informar à sociedade a realização de programas e obras, nos seis meses que antecedem o pleito.
- (D) não pode ser empenhada, no primeiro semestre do ano da eleição, despesa com publicidade da Câmara Municipal.
- (E) não é vedado o comparecimento de candidato em inauguração de obra pública realizada no quarto mês anterior à eleição.

**42.** O chefe do Poder Executivo enviou à Câmara Municipal projeto de lei com o objetivo de viabilizar a revisão geral da remuneração dos servidores públicos. O processo legislativo está em curso, e um vereador convoca Fabiana, analista legislativa, para discutir a viabilidade de aprovar projeto de lei com esse conteúdo durante o período de eleições municipais.

Com base na Lei nº 9.504/97, Fabiana poderá afirmar corretamente que

- (A) de fato a Lei impede a concessão de qualquer benefício remuneratório a agentes públicos no ano da eleição.
- (B) a revisão pode ser feita a qualquer momento, desde que não exceda a recomposição da perda do poder aquisitivo do servidor no ano da eleição.
- (C) a revisão pode ser feita, desde que a lei não seja aprovada nos noventa dias que antecedem a realização da eleição.
- (D) a revisão pode ser feita a qualquer momento, ainda que o valor seja superior ao índice oficial de inflação, pois é autorizada pela Constituição Federal.
- (E) a concessão do reajuste pode ser feita, pois atende a todos os servidores públicos e não apenas a uma categoria profissional específica.

**43.** A respeito da imunidade formal e material de deputados e senadores, na forma prevista na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) não alcança a responsabilidade civil dos parlamentares por atos e opiniões realizadas no exercício do cargo.
- (B) impede, em qualquer hipótese, a prisão de parlamentar por ato estranho ao exercício do cargo, salvo por crime praticado em flagrante delito.
- (C) os deputados e os senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) a prisão de parlamentar só pode ser mantida caso a respectiva casa confirme a sua validade, em até vinte quatro horas, da sua execução.
- (E) a sustação de processo penal, em favor de parlamentar, não suspende a prescrição da pena.

**44.** Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que a criação de municípios, entre outros requisitos, depende de

- (A) plebiscito, com a consulta da população do respectivo Estado.
- (B) lei complementar.
- (C) emenda à constituição estadual.
- (D) autorização do Supremo Tribunal Federal.
- (E) estudo de viabilidade municipal.

**45.** O presidente da República deseja reordenar parcialmente o Poder Executivo e, para isso, decide reorganizar parte do funcionamento dessa estrutura, bem como extinguir cargos e órgãos públicos atualmente considerados obsoletos para a Administração. A intenção é fazer as mudanças sem precisar da concordância do Poder Legislativo.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) as mudanças não podem ser realizadas por decreto, pois a reordenação e a extinção de qualquer cargo público devem ser precedidas de lei.
- (B) a reorganização pode ser realizada por decreto, desde que não resulte no aumento de despesa ou na extinção de órgãos públicos.
- (C) a extinção dos cargos, ainda que vagos, não pode ser feita por decreto, pois a sua criação é feita por lei, que não pode ser revogada por decreto.
- (D) a reorganização da estrutura pode, eventualmente, ser feita por decreto e resultar no aumento de despesa, desde que esteja previamente autorizada na lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) a extinção de cargos vagos e órgãos públicos considerados desnecessários pode ser realizada diretamente por decreto, pois as medidas não implicam aumento de despesa.

## REDAÇÃO OFICIAL

Leia com atenção o texto a seguir para responder às questões de 46 a 50. Ele foi redigido propositadamente com algumas inconsistências, que podem ocorrer na redação de textos oficiais.

Bruzundanga, 16 de abril de 2025.

A Vossa Excelência

TULIUS ROMEL

Secretário de Gestão de Recursos Humanos

Secretaria de Gestão de Recursos Humanos

Rua Dante Alighieri, 234

00033 000 Bruzundanga/FF

Assunto: Serviço de Água e Esgoto

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo mui efusivamente, manifesto o interesse do nosso Serviço de Água e Esgoto (SAE) em ampliar o quadro de Agentes de Fiscalização, passando a contar com mais agentes para realização de urgentes serviços.

Como se sabe há muito tempo, é notório que o SAE trabalha incansavelmente com número mínimo de pessoal, fato que contraria os melhores tratados de administração aplicáveis, certamente, ao serviço público.

Assim, a iniciativa de minha parte é imprescindível e devida ao aumento da incidência de furtos, em decorrência da adulteração dos medidores, fato esse que é intolerável, o qual não pode ser tolerado por nós.

Certo de que o Senhor terá compreensão em relação ao pedido encaminhado, despeço-me.

Atenciosamente,

Pósteros de Quental  
Diretor Administrativo do SAE

46. A estrutura do documento e as informações nele presentes levam a identificar, corretamente, um documento oficial de
- (A) correspondência: ofício.
  - (B) correspondência: exposição de motivos.
  - (C) registro: ata.
  - (D) relato: memorando.
  - (E) registro: mensagem.
47. Considerando-se as recomendações do *Manual de Redação da Presidência da República* quanto à linguagem a ser adotada em textos oficiais, é correto afirmar que, no documento,
- (A) o tratamento “Vossa Excelência”, no campo em que se identifica o destinatário da mensagem, é adequado, haja vista que se trata de um secretário municipal.
  - (B) está caracterizada a impessoalidade da linguagem, haja vista o emprego da primeira pessoa do singular para expressar o engajamento do signatário.
  - (C) há diferença hierárquica entre o destinatário e o signatário da mensagem, o que requer o emprego da expressão “Respeitosamente”.
  - (D) a apresentação do item “Assunto” é incoerente com o desenvolvimento do texto, já que trata de assunto não relacionado com o órgão a que pertence o signatário.
  - (E) o desenvolvimento aponta com clareza o objetivo do órgão solicitante, isto é, a constatação das fraudes contra o SAE.
48. Há passagens no documento que contrariam a recomendação do *Manual de Redação da Presidência da República* de preservar a concisão. Tais passagens estão presentes no
- (A) Endereçamento e no Fecho.
  - (B) segundo e no terceiro parágrafos do Texto do Documento.
  - (C) Vocativo e no primeiro parágrafo do Texto do Documento.
  - (D) Vocativo e no Fecho.
  - (E) Endereçamento e no terceiro parágrafo do Texto do Documento.

49. Considere a passagem “Certo de que **o Senhor terá compreensão** em relação ao pedido encaminhado, despeço-me.” (4º parágrafo) e assinale a alternativa em que, de acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República*, reescreve-se o trecho destacado apresentando o pronome de tratamento e a concordância adequados à autoridade indicada nos parênteses.

- (A) ... Vossa Senhoria será compreensivo... (deputado federal)
- (B) ... Vossa Excelência sereis compreensiva... (ministro do Superior Tribunal de Justiça)
- (C) ... Sua Excelência sereis compreensivo... (presidente da República)
- (D) ... Vossa Excelência será compreensiva... (senadora)
- (E) ... Sua Senhoria será compreensiva... (vereadora)

50. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República*, se esse documento for encaminhado ao destinatário por e-mail,

- (A) ele perderá o caráter de oficial, porque foi mudado o gênero textual.
- (B) o texto atenderá aos princípios da norma-padrão adotados na comunicação oficial.
- (C) será dispensada a formalidade de tratamento da autoridade, que é exigida em textos no suporte papel.
- (D) abreviaturas comuns, ícones e *emoticons* podem ser usados, facilitando a comunicação.
- (E) será dispensada a utilização da extensão que identifica o e-mail como oficial, por exemplo, “gov.br”.

